



# Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermaç Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Iri-neu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

EMENDA ADITIVA CONSTITUCIONAL

Acresce ao art. 35 da Constituição do Estado do Paraná, o seguinte parágrafo e seus incisos:

"§ 6º - Para efeitos do inciso III, alínea b, deste artigo, entende-se como funções de magistério:

I - as que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, se exerçam, em qualquer nível de ensino, para fins de transmissão e ampliação do saber;

II - as inerentes à administração de estabelecimento escolar, faculdade ou universidade, exercida por professores;

III - as exercidas no sistema de ensino no Estado do Paraná, por professores".

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento: Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Toti Colaço, Doutor Rosinha, Augustinho Zucchi, Albanor Gomes, José Tavares, Luiz Carlos Zuk, Eduardo Trevisan, Ricardo Chab, Caíto Quintana, Emerson Nerone, Durval Amaral, Cesar Seleme, Irineu Colombo, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Joel Coimbra e Geraldo Cartário.

JUSTIFICATIVA:

Com fulcro no art. 53, incisos VIII e IX da Constituição Estadual do Paraná, a emenda é proposta com objetivo de clarificar o conceito de "funções de magistério",

expressão constante da alínea b, do inciso III, do art. 35 da Carta paranaense, para efeito de incidência da aposentadoria especial por tempo de serviço.

Interpretações excessivamente literais, provenientes de pessoas desvinculadas do ensino, vem causando polêmica no meio do magistério, bem como revelando tendências de se considerar como "funções de magistério" somente aquelas exercidas em sala de aula, que envolvam quadro e pó de giz. Com isto, são alijados e prejudicados em seu tempo de serviço aqueles que se dedicam à direção de estabelecimentos escolares, faculdades e universidades, sendo eleitos pelas respectivas comunidades ou designados na forma da legislação específica, além do exercício de outras funções correlatas nas escolas ou no sistema de ensino.

A direção de estabelecimentos escolares não pode ser vista como uma penalidade, capaz de prejudicar o professor que a ela dedicar-se em tempo integral: é preciso, portanto, que se adote, em nível estadual, o conceito de atividade de magistério constantes, mutatis mutandi, do art. 32 da Lei Federal 5.540, ao tratar da reforma do ensino superior.

Com a promulgação desta Emenda Constitucional, a Assembléia Legislativa estará, sem dúvida, contribuindo para a dignificação das relevantes funções do magistério público paranaense.